

CONFERÊNCIA DISTRITAL
**DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO E SOCIAL**

4 JUNHO/04
9,30 h • Covilhã
Anfiteatro 6.1 UBI



INTERVENÇÃO DE ABERTURA

Luís Pereira Garra

(Coordenador da USCB/CGTP-IN)

Camaradas delegados e convidados

Estimados oradores convidados

Digníssimas entidades e organizações convidadas

Digníssimos representantes da comunicação social

Minhas senhoras e meus senhores

Permitam que as minhas primeiras palavras sejam de satisfação por verificar e sentir a vossa presença pois ela é indispensável para que a Conferência Sindical Pelo Desenvolvimento Económico e Social atinja os objectivos a que nos propusemos.

Quero fazer um agradecimento muito sentido e sincero aos nossos ilustres oradores convidados: ao Dr. Vasco Cal, ao Dr. Eugénio Rosa, à Dr.^a Anabela Diniz, ao Prof. Pedro Guedes, ao Dr. Fernando Paulouro, à Dr.^a Isaura Reis e ao Prof. Fernandes de Matos, por terem aceite o convite para trazerem os seus contributos a esta Conferência. Estamos certos que é na diversidade dos temas e áreas tratadas e na diferença de opiniões e de perspectivas que é possível encontrar caminhos que encaminhem este distrito para a via do desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental. Quero por isso assinalar e sublinhar a presença de personalidades de tão reconhecida autoridade e competência técnicas. A todos vós muito obrigado.

Ao Manuel Carvalho da Silva não agradeço, ele não mo permitiria. Mas vai deixar que lhe diga o quanto é para nós motivo de orgulho e satisfação podermos contar com a presença do secretário-geral da CGTP-IN, que é indiscutivelmente das pessoas que neste país mais tem reflectido e escrito sobre os processos de desenvolvimento e da necessidade da participação e da acção colectivas.

Camaradas delegados

Estimados convidados

Quisemos que esta conferência, embora de características sindicais e, por isso mesmo, com carácter deliberativo, fosse mesclada com a indispensável reflexão sindical e com a abertura a outros contributos. Isto porque é nossa convicção que a incessante procura de soluções e os tempos incertos, conturbados e contraditórios que vivemos aconselham à reflexão alargada e descomplexada e exigem um grande esforço colectivo. Isto não significa nem desnorte, nem falta de convicções e nem

significam ausência de propostas. Nós sabemos o que queremos e, mesmo quando não é possível saber com exactidão o que queremos, sabemos exactamente o que não queremos. Mas hoje o tempo não é feito de verdades absolutas nem de ideias pronto a servir. Nós não pertencemos ao grupo dos que têm sempre razão e raramente se enganam.

É por isso que esta Conferência Sindical Distrital Pelo Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Castelo Branco é necessária e é oportuna.

É necessária porque é a concretização de uma deliberação do Programa de Acção aprovado no 4º Congresso da USCB/CGTP-IN onde já se falava na necessidade de o movimento sindical proceder a uma análise, o mais rigorosa possível, da situação económica e social, tendo presentes a calamidade dos incêndios, os encerramentos de empresas, as alterações ocorridos no aparelho produtivo e na situação do emprego e do desemprego;

É necessária também porque é tempo de iniciarmos uma reflexão e o apuramento de contributos que nos habilitem à aprovação, no 5º Congresso (se assim for decidido), de uma posição e de propostas sustentadas e qualificadas para o desenvolvimento económico e social do Distrito de Castelo Branco, abarcando o máximo de áreas, sectores de actividade e concelhos do distrito;

É oportuna porque a situação económica e social do distrito vem tornando evidente que as debilidades estruturais antes evidenciadas no norte do distrito com o encerramento de empresas e destruição de postos de trabalho e na Zona do Pinhal com a calamidade dos incêndios, se alargou ao Sul do distrito, como em tempo útil alertámos.

É oportuna ainda porque é urgente definirmos uma linha de intervenção sindical forte e abrangente que envolva a opinião pública e os trabalhadores, criando dinâmicas reivindicativas fortes, positivas e estruturantes.

Camaradas delegados

Estimados convidados

A União dos Sindicatos de Castelo Branco e os seus sindicatos filiados não nasceram hoje, com esta conferência, para a problemática do desenvolvimento integrado e sustentável do distrito. Umas vezes de forma avulsa e quase sempre de forma

estruturada, sempre, mas sempre, assumimos uma postura crítica e reivindicativa mas simultaneamente, proponente e qualificada.

Não sendo necessário ir muito atrás no tempo gostaria de recordar que no nosso 1º Congresso aprovámos um Programa de Acção (que infelizmente, continua válido em muitos aspectos) que incorporou uma análise rigorosa, sistemática e sustentada ao nosso distrito e que, em função disso aprovou aquilo a que então designámos como as nossas propostas e reivindicações para o desenvolvimento integrado do distrito de Castelo Branco. Foi a partir daí, e perante a evidência da falência das políticas de cariz neo-liberal dos governos de Cavaco Silva, que decidimos lançar uma ampla campanha por uma OID para o distrito, traduzida numa petição que recolheu milhares de assinaturas e mereceu o apoio de autarcas, de deputados, de dirigentes de associações empresariais, de especialistas em desenvolvimento e outros.

Já nessa altura nós alertávamos que era necessário tomar medidas por antecipação para podermos enfrentar com êxito as consequências das políticas da UE e das alterações às regras da OMC que, quase de certeza, se iriam reflectir negativamente na estrutura produtiva do distrito e em particular no sectores da agricultura, da têxtil e das confecções, pilares económicos e sociais da região.

Infelizmente, derrotado Cavaco Silva, aqueles que lhe sucederam no governo depressa esqueceram as promessas e as declarações de amor à OID para a substituir por uma coisa a que chamaram Proestrela e que, tal como na altura alertámos era insuficiente no âmbito e pobre nos objectivos e nos meios. A prova é que hoje ninguém se lembra dele e quase ninguém identifica uma obra ou um investimento desse programa.

É esta postura de dizer uma coisa na oposição e fazer o seu contrário no governo que leva ao desânimo, à descrença e à desmotivação daqueles que sem querer nada em troca a não ser uma vida digna, com o seu trabalho, o seu esforço e o seu bem-querer à sua região podem contribuir decisivamente para o seu desenvolvimento.

A persistência, mesmo depois de Cavaco, num modelo de desenvolvimento que despreza o todo nacional, que deprime e desertifica o interior e pressiona o litoral e cuja matriz são os baixos salários, a desregulamentação, a falta de investimento na educação, na formação e na qualificação, o desprezo pela inovação e pela investigação científica e técnica, haveria de ter como consequência a destruição do aparelho produtivo, das suas empresas e dos seus postos de trabalho e a acentuação

da desertificação dos concelhos da Raia (Penamacor, Idanha e Vila Velha) e da Zona do Pinhal (Vila de Rei, Proença, Sertã e Oleiros) e das freguesias rurais dos concelhos mais populosos.

Foi vendo e sentindo isto e logo que os encerramentos começaram que, mesmo correndo o risco de sermos acusados de alarmistas e de profetas da desgraça, como fomos, decidimos reivindicar junto do governo PSD/PP o lançamento de um Plano de Emergência para o distrito de Castelo Branco.

Mais uma vez o governo PSD/PP, retomando os tiques do autismo e do autoritarismo cavaquista, lá do alto do seu pedestal, em vez de descer à terra e tomar medidas concretas no plano económico, encomendou mais estudos que só poderiam repetir o que antes já tinha sido estudado e proposto e apenas avançou com o anúncio de medidas de carácter meramente assistencialista a que deu o nome de PIBI. Ou seja, subsídio de desemprego e mais formação profissional para entreter, para enganar e para ajudar a sustentar estruturas e pessoas delas dependentes. Apetece perguntar: Quem se lembra do que é o PIBI? Que medidas ele contempla? Quem está a beneficiar delas? Quem souber que responda.

Ao mesmo tempo que recusava o Plano de Emergência, o governo agia de forma ziguezagueante, criando um Grupo de trabalho no âmbito do governo Civil que, com o nosso contributo, mas sem a nossa participação na farsa mediática, elaborou um conjunto largo e qualificado de propostas e medidas que se encontram na gaveta para, imediatamente a seguir, mandar fazer o PRASD cujas medidas estão, também elas ainda na gaveta. Perante isto só podemos dizer que estamos perante meras operações de cosmética assentes em portentosas acções de propaganda que só vêm dar razão aos que dizem que o governo PSP/PP se limita a estar em conferência de imprensa permanente.

Aliás, é a isto mesmo que o governo nos vai habituando.

Do discurso da tanga que criou um clima de depressão colectiva e de insegurança, passou ao discurso da treta que só pode fazer rir os que, no meio da desgraça, ainda têm espaço para o sentido de humor. Entretanto, nós por cá todos mal.

Caros conferencistas,

Não vale a pena mascarar a realidade com tintas cor-de-rosa, perdão, agora é cor de laranja. A situação económica é muito grave e está traduzida no encerramento de

empresas, no aumento do desemprego e dos salários em atraso e na acentuação dos factores de preocupação quanto ao futuro de um significativo número de empresas que apresentam vários estrangulamentos.

O nosso projecto de resolução, embora sinteticamente, caracteriza de forma nua e crua a realidade do distrito:

- Nos anos de 2002 e de 2003 o total de falências e de processos de recuperação de empresa foi de 75 empresas, tendo passado de 31 em 2002 para 44 em 2003. Em consequência disso e da diminuição geral de postos de trabalho, destruíram-se cerca de 4000 postos de trabalho;
- Os sectores de lanifícios e de confecções foram dos mais atingidos com cerca de 30 empresas encerradas ou paralisadas. Ainda recentemente encerrou mais uma, por falência, as Confecções Cardoso em Castelo Branco, lançando mais 170 trabalhadoras no desemprego e outras lhe poderão seguir o caminho;
- O sector dos aglomerados de madeira desapareceu praticamente: A Sotima de Proença-a-Nova com 234 trabalhadores, está paralisada e em risco de falência;
- O sector da Cerâmica vai desaparecendo de forma lenta e inexorável: A SOBETÃO (Castelo Branco) com 25 trabalhadores foi recentemente à falência; A Cerâmica de São Pedro (Fundão) com 18 trabalhadores procedeu a um despedimento colectivo e paralisou a actividade produtiva da empresa;
- No sector da Construção Civil verificou-se o abandono da actividade de largas centenas de pequenos empresários e de trabalhadores por conta própria;
- O Sector do Comércio, em especial o tradicional, é de novo violentamente atingido pelos encerramentos e trespases e pela insegurança no emprego isto porque é enorme a carência de meios de subsistência de muitas famílias;
- No Sector das Águas encerrou a única empresa da Covilhã, as Águas Sete Fontes, com 20 trabalhadores e as Águas do Alardo reduziram substancialmente o número de postos de trabalho;
- No sector metalúrgico, até aqui sem grandes convulsões, reaparecem os salários em atraso, os despedimentos e os encerramentos de pequenas empresas;
- A Agricultura e a actividade florestal continuam em constante regressão situação que os incêndios do verão passado vieram a agravar com a consequente perda de rendimentos e de postos de trabalho em concelhos que viviam quase em

exclusivo dessas actividades, como são o caso dos concelhos da Zona do Pinhal (Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova e Vila de Rei);

- Os salários em atraso regressam e intensificam-se. Cerca de Mil Trabalhadores de 9 empresas ou têm salários em atraso ou recebem os salários com atraso;
- Entretanto, um número significativo de empresas reduziu o seu número de trabalhadores pela via da rescisão dos contratos a prazo, da rescisão por falso "mutuo acordo" e por despedimentos arbitrários e unilaterais.

Para sermos rigorosos diga-se que alguns dos encerramentos e falências configuram uma actuação premeditada de lançamento de trabalhadores no desemprego para, mais tarde, reabrirem com outro nome e beneficiarem dos apoios do Estado à criação de postos de trabalho. Isto é: Ficam a dever a trabalhadores, à segurança Social, ao Fisco e a fornecedores e, assim, ganham em "dois carrinhos". Só por isso se percebe que perto de uma dezena de empresas já tenham outras tantas empresas dentro delas, constituídas por aqueles que, por má gestão e descapitalização, levaram as primeiras à ruína.

Sobre esta matéria é preciso: primeiro que as entidades responsáveis pela investigação actuem com rapidez e com eficácia; depois é necessário que a justiça seja célere e justa para que onde haja crimes económicos e fiscais haja condenações exemplares e depois ainda é importante que o governo tome medidas que impeçam que o encerramento dessas empresas. Os trabalhadores e o tecido económico não podem pagar pelos disparates e crimes dos patrões incumpridores, até porque na maior parte dos casos as empresas já não são deles. São do Estado e dos restantes credores a quem devem ou ficam a dever.

Caros conferencistas,

Como é óbvio o que acabo de vos transmitir teve e está a ter repercussões dramáticas para o aumento do desemprego e para as consequências sociais que o mesmo comporta:

- Em dois anos o desemprego no distrito atingiu mais 2872 pessoas o que equivale a um aumento de 50% (só os abatimentos administrativos e cirúrgicos para gestão política, é que o fizeram descer do aumento dos 66,6 registado em Janeiro/04 para os actuais 50%). Note-se que esta percentagem é muito superior ao aumento do desemprego no País sendo que a sua maioria são mulheres

(60%). No entanto, alguns responsáveis locais, de forma irresponsável e insensata, continuam fiéis ao partido e a assobiar para o ar como se nada de grave se passe em seu redor;

- O Centro de Emprego da Covilhã (que engloba os concelhos de Covilhã, Belmonte, Fundão e Penamacor) é o que mais desemprego tem registado (5.553) e o concelho da Covilhã é o mais atingido com 44% do total.
- Quanto ao nível de instrução, destaca-se o aumento do desemprego dos licenciados, que desde Março de 2002 a Março de 2003, registou um acréscimo de 65%. Que raio de país é este que não aproveita o investimento feito nas pessoas?
- Quanto à idade, a maior incidência recai na faixa etária dos 35-54 anos, sendo no entanto preocupante o número de desempregados com mais de 55 anos, numa idade em que dificilmente conseguem nova colocação e em que, no pleno das suas capacidades são atirados para a reforma antecipada.
- O número de desempregados colocados em programas ocupacionais é elevado atingindo um número de 847, em Março de 2004, que somados aos outros desempregados faz disparar o número total de desempregados, para 9468. Ora, se a estes juntarmos os trabalhadores em acções de formação, os jovens à procura do 1º emprego que não se encontram inscritos e os desempregados de longa duração que já não recebem subsídio de desemprego que também não são contabilizados, poderemos concluir que o desemprego real é muito superior ao que nos dizem as estatísticas oficiais. Nós afirmamos o desemprego, ultrapassa largamente os dez mil trabalhadores, no Distrito de Castelo Branco.

Já o dissemos e repetimos: Só a desertificação do distrito e o abandono precoce do trabalho, que faz com que tenhamos reformados muito novos, e a permanente ocultação do desemprego real é que explicam a propaganda da redução do desemprego na região mesmo quando essa redução é conjuntural e fabricada.

Mas atenção. A situação económica e o desemprego podem agravar-se. Tudo aponta para um drástico e preocupante agravamento da situação.

Outras empresas, nos seus últimos resultados, apresentam diminuições do volume de negócios em comparação com anos anteriores, mantendo-se a mesma estrutura organizativa, o mesmo produto e a mesma tecnologia. Para esta situação está a

contribuir o comportamento da Banca que diminuiu plafonds de crédito, não desconta letras e pagarés e cortou quase por completo o crédito às empresas. Outras, ainda vivem e trabalham dependentes do trabalho a feitiço onde quem mais ganha não é quem faz mas quem manda fazer, pois impõem o preço e as condições. Estas empresas só sobrevirão enquanto os fornecedores do serviço dele precisarem.

Para além do mais o Governo e os departamentos e institutos dele dependentes, nomeadamente o IAPMEI, têm igualmente responsabilidades pela situação existente pois, é por demais evidente que a opção política pela destruição do aparelho produtivo é articulada com uma enormíssima incompetência e com atrasos burocráticos e com expedientes dilatatórios que se tornam fatais e acabam por anular as possibilidades de recuperação e viabilização das empresas.

Tudo isto poderá ainda ser mais grave se tivermos em conta que os relatórios da UE nos dizem que a liberalização do comércio mundial em 2005 poderá ter como consequência a perda anual de 120 mil postos de trabalho, sendo o sector de vestuário o que será mais atingido.

O distrito não se desenvolve a pagar subsídios de desemprego para as pessoas ficarem em casa.

O distrito desenvolve-se com empresas e trabalhadores a produzir e a criar riqueza.

Mas, caros conferencistas, a situação não se fica por aqui.

A par da destruição do aparelho produtivo e dos postos de trabalho no distrito de Castelo Branco vive-se num gravíssimo e insustentável clima de insegurança e instabilidade social e laboral:

- a. Ele é a desvalorização do trabalho, como direito social fundamental;
- b. É o aumento da violação e desrespeito dos direitos dos trabalhadores;
- c. É a degradação dos salários reais, levando a que os baixos salários auferidos no distrito estejam a abalar cada vez mais, a já por si débil economia da região;
- d. É o prolongamento da jornada diária de trabalho através da flexibilidade dos horários e do trabalho suplementar ilegal;
- e. É o desrespeito pelas normas e regulamentos de Higiene, Segurança e Saúde no local de trabalho;
- f. É a concentração do capital e de empresas em poucos grupos económicos;

- g. É o desmantelamento e privatização das Funções Sociais do Estado que se traduzem em violação e retrocessos dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública Central e Local e, por via disso, da destruição do direito dos trabalhadores e da população em geral à Saúde, à Segurança Social, à educação e ao ensino, e outros direitos sociais consagrados na Constituição da República;
- h. É a entrega aos privados de sectores fundamentais como a água, o ambiente, serviços de limpeza e outros;

Caros delegados

Estimados convidados,

Não se pode tapar o sol com a peneira. Os resultados destas políticas estão à vista:

- A agricultura não se modernizou, as florestas continuaram a arder, a diversificação das actividades económicas não se verificou e o mau aproveitamento dos nossos recursos naturais e turísticos é uma evidência;
- A situação de mono-indústria de vários concelhos não se esbateu e onde tal aconteceu foi em resultado de uma diminuição da actividade económica em geral;
- A população continua a diminuir e a envelhecer e a juventude a abandonar o distrito, principalmente nos concelhos da chamada zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova, Oleiros e Vila de Rei) e da zona da Raia (Penamacor e Idanha-a-Nova);
- Os salários médios estão abaixo da média nacional e o poder de compra é dos mais baixos do país;
- Os equipamentos sociais e os meios humanos para a saúde, a segurança social, a educação e o ensino, a cultura, o desporto e os tempos livres, etc., são diminutos e abaixo da já por si, baixa média nacional.

Caros camaradas

Caros convidados

Ao descrever esta situação poderemos, uma vez mais, ser acusados de catastróficos, de pessimistas e de sem esperança. Devo dizer-vos que rejeitarei em absoluto estas adjectivações acusatórias. O que aqui vos transmitti é a pura das realidades e se nalguma coisa há pecado esse é-o por defeito. Aos vendedores de ilusões e dos amanhãs que cantam direi apenas que não é possível construir políticas de

esperança sem a correcta noção da realidade.

Mas também, mesmo os que connosco se identificam, poderão dizer que nos limitámos à crítica e, por isso, legitimamente, nos poderão perguntar: onde estão as vossas propostas?

Sobre isso, devo esclarecer que o objectivo desta conferência não é repetir propostas já formuladas e consensualizadas entre várias entidades. Aliás, penso e tenho a certeza que há matérias, que não as que regulamentam a compra e a venda da força do trabalho, onde existe mesmo um consenso alargado.

O objectivo desta Conferência Sindical Distrital Pelo Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Castelo Branco é fazer levantamentos e ouvir e apurar opiniões abrangentes. É estudar e aprovar medidas concretas de intervenção que potenciem a convergência e a acção conjunta para reclamar e lutar pelo desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental desta região.

Estou certo que as intervenções e o debate que se vai seguir darão contributos importantes

No entanto, não quero deixar de reafirmar a necessidade de serem implementadas política e medidas urgentes, especialmente dirigidas ao interior e em particular ao distrito de Castelo Branco.

E, desde logo vos digo que para isso não era preciso ir muito longe. Cumpram-se e concretizem-se as propostas e medidas aprovadas no âmbito do Grupo de Trabalho “Beira Baixa, que Futuro”. Cumpram-se e concretizem-se as medidas que, embora insuficientes e limitadas, estão previstas no PRASD para, a partir daí, podermos perspectivar algo de melhor para o distrito. Por isso dizemos ao governo: Já que por complexo ideológico não querem assumir todas as nossas propostas pelo menos concretizem aquelas que encomendaram e pagaram.

Não tenham dúvidas para o distrito se desenvolver é preciso e é urgente:

- Defender e revitalizar o aparelho produtivo e os postos de trabalho existentes;
- A atracção de investimento público e privado para a diversificação das actividades económicas;
- a. A implementação de um amplo plano de formação e qualificação profissional directamente dirigido às necessidades das empresas, das novas profissões e das actividades económicas a implementar.

Para o distrito de Castelo Branco sair da crise económica e social, é imperioso concretizar uma estratégia de desenvolvimento económico e social do país que tenha por princípio o combate às assimetrias regionais e à desertificação do interior.

Para o distrito de Castelo Branco sair da crise económica e social é necessário a realização de políticas que promovam o pleno emprego, o direito ao trabalho e o combate ao desemprego e à precariedade, como factor de progresso e desenvolvimento do distrito e condição essencial para a efectivação dos demais direitos dos trabalhadores.

Para o distrito de Castelo Branco sair da crise económica e social necessita da adopção de políticas que travem o encerramento das empresas instaladas e a defesa dos postos de trabalho existentes.

Para o distrito de Castelo Branco sair da crise económica e social é imperioso a aplicação de políticas que promovam a diversificação das actividades económicas e a instalação de novas empresas que criem novos postos de trabalho com direitos.

Só desta forma poderemos, travar o envelhecimento da nossa população e a continuada desertificação do Distrito;

Só desta forma será possível defender e desenvolver a Agricultura e a Floresta, valorizando e revitalizando o mundo rural;

Só assim se poderá revitalizar a indústria têxtil (lanifícios e vestuário) que foi, é e será por muito tempo um pilar económico fundamental;

Só por este meio poderemos modernizar e revitalizar os serviços e o comércio tradicional;

Só assim será possível concretizar a promoção e o desenvolvimento do Turismo numa perspectiva integrada, de qualidade e ambientalmente sustentável e sem a ilusão que ele só por si é solução para os problemas do emprego na região;

A par disto é também necessário:

- Superar as carências em infra-estruturas de saúde, ensino e educação, segurança social e cultura, garantindo-lhes uma gestão pública moderna, flexível e responsabilizante;
- Melhorar os transportes e as acessibilidades (IP2, IP5 e IP6 - hoje A23) sem portagens, Túneis da Serra da Estrela, IC8, IC6 com características de auto-

estrada e sem pagamento de portagens e IC12 com a inclusão do túnel da Alvoaça), e modernizar a Linha Ferroviária da Beira Baixa.

- Defender a água como bem público, lutando contra a sua privatização;
- Defender e promover o ambiente.

Mas atenção, não haja ilusões. Não há desenvolvimento sem justiça social e sem respeito pelos mais elementares direitos dos trabalhadores. Por isso, é urgente fazer convergir o nível de vida com a média da ue-15 e elevar a qualificação profissional, condição indispensável para elevar a produtividade

E também não há desenvolvimento sem um aposta firme e determinada na educação razão porque exigimos o abandono da Lei de Bases da Educação do Governo e suspender a legislação estruturante do sistema educativo e a promoção de uma política educativa que dignifique a Escola Pública, Gratuita, de Qualidade e para Todos, único garante para uma sociedade que se quer solidária, democrática e desenvolvida;

E também não há desenvolvimento se não soubermos valorizar e dignificar a imigração, legalizando os imigrantes indocumentados, garantindo-lhes igualdade de direitos no trabalho, regularizando o reconhecimento de competências técnico-profissionais e habilitações escolares e possibilitando o seu reagrupamento familiar.

Mas o desenvolvimento implica mais:

Implica reduzir a incidência dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Implica desenvolver uma política de apoio à inovação e à investigação e desenvolvimento, articulando-a com a política de educação/formação;

Implica reduzir drasticamente a morosidade da justiça e dar combate à chamada informalidade. É um escândalo. Somos o país da EU com a maior percentagem de facturação não declarada.

Implica o abandono, por parte do Governo, das medidas contidas na Proposta de Lei da Regulamentação do Código do Trabalho que atingem direitos colectivos essenciais dos trabalhadores, designadamente o exercício da actividade sindical.

Implica promover a justiça fiscal e combater a fraude e a evasão, diminuindo de forma generalizada os impostos para os trabalhadores por conta de outrem.

É preciso promover a coesão social e reduzir as desigualdades: Salvar a

segurança social pública, universal e solidária, preservando a sua sustentabilidade financeira; Dar prioridade aos investimentos nos Cuidados Primários de Saúde; Envolver todos os profissionais de saúde e obrigatoriamente a população na luta contra a privatização do Centro Hospitalar da Cova da Beira cuja ameaça se acentua com a criação das SAs;

É indispensável promover a cultura, o desporto e a ocupação dos tempos livres como prática de desenvolvimento, de bem-estar e do equilíbrio, físico e psíquico dos trabalhadores.

Caros delegados

Estimados convidados

O desenvolvimento não nos baterá à porta se não lutarmos por ele.

Para que o desenvolvimento não continue a passar ao lado do distrito é necessário criar uma dinâmica reivindicativa forte e alargada, envolvendo nela os trabalhadores e outras camadas da população (pequenos e médios empresários comerciais, industriais e agrícolas) igualmente atingidas por políticas económicas que estão a destruir empresas e postos de trabalho e a beneficiar exclusivamente os grandes senhores do capital financeiro e especulativo.

Assim sendo, o êxito desta luta depende, em larga medida, da nossa capacidade para promover alianças sociais (mesmo que pontuais) mais amplas e abrangentes, atraindo para o nosso seio todos os trabalhadores independentemente da sua profissão ou condição, do sector de actividade a que pertençam e do seu credo político, ideológico ou religioso e intensificando os contactos e troca de pontos de vista com as Associações de Estudantes e de pais e encarregados de educação do ensino secundário e superior, com as Associações comerciais e empresariais, com a igreja e suas organizações sociais, com o movimento associativo, com as comissões de utentes e com os autarcas que reconhecidamente estejam empenhados no desenvolvimento das sua terra e da sua região, como forma de com todas e todos estabelecermos pontos de acordo na análise e na acção concreta.

Temos de ter uma visão ampla e alargada do desenvolvimento que hoje ultrapassa as simples barreiras do distrito. Nós estamos a falar do distrito de Castelo Branco porque não temos legitimidade para falar de outros distritos. Mas o tempo e a nossa vontade se encarregarão de nos juntar a outros numa reflexão sobre o nosso futuro

colectivo. Desde já vos dizemos: Estamos disponíveis porque não vivemos presos à tacanhez do nosso umbigo e não somos dos que vêem no vizinho um inimigo a abater.

Porque assim pensamos e porque é nesse sentido que queremos agir desde já convidamos todos os agentes económicos, sociais e autárquicos para encontros com a USCB/CGTP-IN e os seus sindicatos onde se equacionem os espaços de diálogo e de intervenção conjunta e ou convergente Pelo Desenvolvimento do Interior.

E a todos vós desde convidamos para a Marcha Pelo Emprego Estável e com Direitos, a realizar no dia 21 de Junho/04;

Mas, esta conferência não pode ficar por aqui.

A reflexão vai continuar através de um Ciclo de debates temáticos sob o lema "Pensar o Futuro em Movimento", que aprofundem e desenvolvam as propostas e medidas gerais e específicas contidas na resolução que vos propomos.

A acção vai ter que continuar pelo que vos propomos o desenvolvimento de acções públicas, que envolvam a população e os trabalhadores, em torno das questões: Da saúde; da Segurança Social; do Ensino Educação e Formação; Poder Local; Água e Ambiente, entre outras. Em relação à saúde assumamos a realização de um debate sobre a Gestão S.A. do Centro Hospitalar da Cova da Beira.

Finalmente permitam um apelo. No dia 13 de Junho realizam-se eleições para o PE. Através da participação no debate e no voto, os trabalhadores e a população podem iniciar o processo de desenvolvimento do interior. Através da participação no debate e no voto, os trabalhadores e a população podem e devem penalizar fortemente as políticas de direita, todos os partidos que as praticam ou já praticaram e, em especial, os partidos do Governo, PSD e PP, pelas políticas desastrosas que este tem seguido nos planos nacional e europeu pois, estes são inquestionavelmente os principais responsáveis pela situação económica e pela regressão social que os portugueses e o distrito estão a sentir.

Transformemos este dia 13 numa jornada de luta pelo Desenvolvimento económico e social do distrito de Castelo Branco.

Viva esta conferência

Viva a CGTP-IN

Viva o distrito de castelo Branco, as suas gentes e os seus trabalhadores.